

ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA** -----  
2 -----**REUNIÃO DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016**-----  
3 -----**ATA NÚMERO CINCO / DOIS MIL E DEZASSEIS**-----  
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----  
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----  
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
7 - **Segundo Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha; -----  
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----  
9 - João Carlos Barreiras Duarte;-----  
10 - Joaquim Marcos Henriques; -----  
11 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----  
12 - Vitória Maria Cardoso Pereira; -----  
13 - Graça maria Romão Jesus Rua;-----  
14 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----  
15 - Dennis Pereira Gamelas; -----  
16 - José Alberto Simões Rocha;-----  
17 - António Fernando Lopes;-----  
18 - Rute Isabel Brasão Correia; -----  
19 - Luis Francisco Campos Silva;-----  
20 - Olga Maria Gomes Rainho; -----  
21 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----  
22 - José Alexandre Fonseca;-----  
23 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
24 - Maria de Fátima Santos Figueiredo Viola; -----  
25 - José Henrique Santos Silva;-----  
26 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----  
27 - Maria Helena Rebelo Santos; -----  
28 - José Vitor Ribeiro Silva;-----  
29 - Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha; -----  
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano  
31 Júnior; ---- -----  
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --  
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; ----  
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----  
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --  
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira; -----  
37 - O senhor vice-presidente da Câmara Nuno Manuel Mota Silva;-----  
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos;-----  
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----  
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----  
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----  
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra;-----  
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

44 - O chefe da divisão do potencial humano e administração geral Paulo António  
45 Pardal Dias Jorge; -----

46 - O responsável pela unidade orgânica de gestão financeiras João Filipe Batista  
47 Cordeiro;- -----

48 -----Pelas 21:30 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou  
49 a sessão aberta. -----

50 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

51 -----ATA 04/2016: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por  
52 unanimidade dos membros presentes na sessão respectiva aprovar a ata n.º  
53 04/2016, da reunião de 30 de Setembro de 2016. -----

54 -----MOÇÃO: Foi deliberado por maioria com 24 votos a favor (12 do PSD, 7  
55 do PS, 2 da CDU e 3 do CDS) e 1 voto contra (1 da CDU) aprovar a seguinte moção  
56 apresentada pelos grupos municipais do PSD e CDS: “A recente eleição do  
57 engenheiro António Guterres como Secretário-Geral da Organização das Nações  
58 Unidas constitui um prestígio para Portugal e para todos os que no mundo apreciam  
59 a coragem, a lucidez e o humanismo na ação, características que têm definido a  
60 respetiva atividade pública como deputado à Assembleia da República, Primeiro-  
61 Ministro e Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, centrando-se  
62 nas pessoas e nos seus problemas. De todos os candidatos ao cargo, António  
63 Guterres era o que melhor incorpora os princípios humanistas e de valorização da  
64 paz, podendo, assim, contribuir para o desenvolvimento e igualdade dos povos,  
65 tendo, enquanto alto-comissário das Nações Unidas, assumido sempre uma posição  
66 clara, firme e mediática, que obrigou à reflexão de todos para a verdadeira  
67 dimensão de uma tragédia que afeta hoje em dia milhões de pessoas indefesas e  
68 abandonadas. Foi por mérito próprio que conquistou a eleição, fator raro hoje em dia  
69 e, de per si, revelador do mérito pessoal do engenheiro António Guterres. Propõem  
70 os signatários que a Assembleia Municipal do Bombarral delibere congratular-se  
71 com a eleição do engenheiro António Guterres como Secretário-Geral das Nações  
72 Unidas, facto que orgulha todos os Portugueses. Remeta-se esta moção à ONU,  
73 Ministério dos negócios Estrangeiros e comunicação social.” -----

74 -----O senhor Fernando Lopes (PS) felicitou o senhor Presidente da Câmara  
75 pela abertura dos dois sentidos de trânsito na Praça do Município.  
76 Independentemente de quem fez a proposta é muito positivo. É preciso ter em  
77 atenção que o piso não é uniforme. Questionando para quando a abertura ao  
78 trânsito da Rua do Comércio e a construção da rotunda no cruzamento do  
79 Agrupamento de Escolas. -----

80 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) perguntou se o período experimental  
81 da abertura do trânsito correr bem se existe algum estudo mais aprofundado sobre  
82 as intervenções necessárias. Quanto à estátua junto à igreja, questionou quanto  
83 custou assim como o resto da obra. -----

84 -----O senhor Presidente da Câmara agradeceu as felicitações do senhor  
85 Fernando Lopes considerando que de facto há motivos para estarem todos  
86 plenamente satisfeitos com esta situação porque o centro do Bombarral estava

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

87 atrofiado. Não estando a via preparada estão a fazer a experiência, sendo que a  
88 própria sinalização necessita de ajustamento. A Rua do Comércio também terá de  
89 ser alvo de uma regularização para ter mais vida, pelo que para lá caminharão.  
90 Quanto à estátua de Nossa Senhora de Fátima é uma acção no âmbito do turismo e  
91 dos 70 anos do evento que aconteceu no Bombarral, tendo custado € 14.400 mais  
92 IVA e a obra € 4.800. -----  
93 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) lembrou que a máquina de pintura  
94 termo plástica continua sem funcionar e já passaram mais de seis anos desde a sua  
95 compra. Em relação á estátua nada o move contra ser erigida uma estátua para um  
96 suposto milagre, mas na altura do centenário do concelho houve um orçamento de €  
97 5.000 que achou ser pouco. Uma das propostas era fazer um monumento aos 100  
98 anos e a resposta foi sempre que não havia dinheiro. Parece-lhe muito mal gastar €  
99 20.000 numa estátua de cariz religioso quando o estado é laico. Acha mau haver  
100 dois pesos e duas medidas. Os € 20.000 faziam muito jeito noutras situações. -----  
101 -----O senhor Presidente da Câmara disse partilhar da dor na medida em que  
102 muito gostaria que estivessem este ano a comemorar os 100 anos do concelho  
103 porque o fariam com mais força. Fizeram-no sem dinheiro mas com muita convicção  
104 devido a um orçamento minúsculo. Foram tempos difíceis devido aos fundos  
105 disponíveis. Vamos para os 200 anos com mais força e uma Câmara mais  
106 organizada. Estamos a entrar num assunto religioso na perspectiva do turismo  
107 religioso e irão mais longe triangulando esta forma de expansão turística de forma  
108 articulada com Fátima e o Patriarcado. Fazem-no na mesma perspectiva que outros  
109 Municípios o fazem em torno, por exemplo, da Nossa Senhora do Mar. Já tem sido  
110 acusado de eleitoralista mas não será tanto quanto isso porque esta acção tem a  
111 ver apenas com uma pequena facção do sentido religioso visando divulgar o  
112 concelho através de um evento comprovado, indo igualmente ser editado um livro. O  
113 objectivo é fazer parar no Bombarral o trânsito de peregrinos que é muito elevado. -  
114 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou como é que  
115 surgiu esta ideia. -----  
116 -----O senhor Presidente da Câmara disse ter sido uma iniciativa do pelouro  
117 do turismo. -----  
118 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que gostava de saber mais  
119 pormenores sobre o livro. -----  
120 -----O senhor Presidente da Câmara efectuou as seguintes respostas: “-  
121 Quem tratou da adjudicação da escultura? Resposta: O Município do Bombarral -  
122 Quem é o escultor desta escultura? Resposta: Carlos António Ferreira Branco de  
123 Oliveira - Em que fase se encontra a construção da escultura? Resposta:  
124 Preparação de moldes - Quem vai ser o proprietário da escultura? Resposta: O  
125 Município do Bombarral - Qual o valor desta escultura? Resposta: 14.400,00 euros  
126 (acrescido de iva à taxa legal em vigor) - Quem paga a escultura? Resposta: O  
127 Município do Bombarral - Se for a Câmara, qual o procedimento que está realizado?  
128 Resposta: Ajuste Direto Regime Geral, de acordo com o código da contratação  
129 pública, com convite a uma entidade, por via eletrónica. - Quem autorizou a

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

130 colocação da referida escultura? Resposta: A colocação da escultura foi articulada  
131 entre a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, a Paróquia do Bombarral,  
132 na pessoa do Sr. Padre Sérgio Bruno e o Patriarcado, na pessoa do Sr. Bispo, D.  
133 José Traquina. - Qual o local exato para a colocação da referida escultura?  
134 Resposta: A escultura vai ser colocada do lado esquerdo da Igreja do Santíssimo  
135 Salvador do Mundo - O Patriarcado de Lisboa e, em particular, a Paróquia do  
136 Bombarral têm conhecimento da colocação da escultura? Resposta: Sim. - Se têm  
137 conhecimento, qual a resposta ao ato? Resposta: A resposta do Patriarcado foi  
138 afirmativa. - Está a ser preparado um livro sobre o dito “milagre das  
139 pombinhas”? Resposta: Sim. - O livro em causa está a ser preparado para ser pago  
140 por esta Câmara Municipal? Resposta: Sim. Se atentarem às atas informei  
141 atempadamente sobre esta atividade que legalmente pode ser promovida pelo  
142 presidente da Câmara quer em sessão de Câmara, quer em Sessão de Assembleia  
143 Municipal. Trata-se apenas e só de um programa de desenvolvimento do cluster do  
144 turismo no Bombarral, neste caso do turismo religioso. Estamos a empolar aquilo  
145 que é a instalação de uma obra de arte no Bombarral e da publicação de um livro  
146 que pretende elevar o concelho através de um facto histórico igualmente relevante.

### -----**ATENDIMENTO DO PÚBLICO:**-----

148 -----Presente o senhor Ricardo Venâncio, em representação da JSD, fez uma  
149 referência ao anuário financeiro das autarquias locais onde constam indicadores da  
150 evolução do concelho. Realçou o trabalho positivo na redução do passivo e do prazo  
151 de pagamento a fornecedores. -----

152 -----O senhor Presidente da Câmara concordou que a redução do passivo é  
153 uma grande vitória dando credibilidade ao concelho do Bombarral. Não estando  
154 ainda no ponto em que gostavam, começam-se a revelar sinais importantes para dar  
155 resposta às colectividades e à juventude. Relativamente às políticas de juventude  
156 vaso concerteza em breve avançar com o Conselho Municipal da Juventude, não  
157 colocando de lado a hipótese de criar um centro de juventude com valências actuais  
158 e múltiplas. -----

159 -----Presente a senhora D. Susana Manco disse que se começou finalmente a  
160 regularizar parte dos problemas que o PSD criou ao longo de 20 anos. Referiu que  
161 ainda não se sabe o destino das antigas instalações do IVV. Questionou qual a  
162 verba constante do orçamento para 2017 destinado ao orçamento participativo e,  
163 dessa verba, qual a destinada para o orçamento participativo das Juntas de  
164 Freguesia. Pediu que o senhor Presidente da Câmara resposta sucintamente e sem  
165 retórica. Perguntou qual a sustentação para o cluster turístico religioso. -----

166 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a questão do IVV foi uma  
167 excelente compra da Câmara Municipal, tendo pago um quarto abaixo do preço  
168 inicial e daria um encaixe de 100% nos cofres municipais se se quisessem desfazer  
169 do imóvel mas têm destinado para lá a área de localização empresarial e os  
170 estaleiros municipais. Há muito que perseguem a ideia do orçamento participativo e  
171 estão a tentar preparar para o próximo exercício com um orçamento participativo  
172 experimental. Não o propõe para este ano porque há uma forte acumulação de

**ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016**

173 obras necessárias para a população, aproveitando os fundos comunitários. Sabem o  
174 que podem fazer com os recursos que têm para gerar um orçamento participativo no  
175 Bombarral em 2018. Em relação às Juntas a ideia é boa mas este ano não há  
176 orçamento participativo. Sobre o cluster religioso vão fazer um plano de marketing.-

177 -----**PROPOSTA DE REFORMA DO ATO ADMINISTRATIVO**  
178 **CONSUBSTANCIADO NA DELIBERAÇÃO DATADA DE 30 DE SETEMBRO DE**  
179 **2016 – IMI:** -----

180 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) chamou a atenção de que apesar de  
181 toda a assessoria técnica alguém, se esqueceu de ler a Lei do Orçamento de  
182 Estado mas quem confessa a verdade não merece castigo.-----

183 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) reforçou o que a CDU já havia dito no  
184 sentido de que consideram que o critério do número de filhos não é o mais justo. ---

185 -----O senhor Presidente da Câmara disse que cada um terá os seus critérios  
186 prevalecendo o critério legal e a mão pesada de quem governa. Nem sequer foram  
187 ouvidos sobre esta matéria. -----

188 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta  
189 da Câmara Municipal: “Considerando que: A Assembleia Municipal de Bombarral  
190 deliberou, em sua sessão de 30 de Setembro de 2016, nos termos da alínea d) do  
191 nº 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado em  
192 anexo à Lei nº 75/2013, de 12/09, e para efeitos do nº 5 do artigo 112.º do Código  
193 do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a fixação da taxa anual do Imposto  
194 Municipal sobre Imóveis para vigorar em 2017. O referido artigo 112.º do CIMI, na  
195 redação dada pela Lei de Orçamento de Estado para 2015, aprovada pela Lei nº 82-  
196 B/2014, de 31 de Dezembro, dispunha no seu nº 13 o seguinte: «*Os municípios,*  
197 *mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a*  
198 *habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário,*  
199 *podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto,*  
200 *atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do*  
201 *Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de*  
202 *acordo com a seguinte tabela:* -----

<i>Número de dependentes a cargo</i>	<i>Redução de taxa até</i>
1	10%
2	15%
3	20%

203 A Lei do Orçamento de Estado para 2016, aprovada pela Lei nº 7 - A/2016, de 30 de  
204 Março, revogou aquele nº 13 do artigo 112.º do CIMI e, pelo seu art. 162.º, aditou ao  
205 CIMI o artigo 112.º-A com a seguinte redação: «*Os municípios, mediante*  
206 *deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto*  
207 *municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao*  
208 *prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do*

**ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016**

209 *sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim,*  
210 *atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS,*  
211 *compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela-----*

<i>Número de dependentes a cargo</i>	<i>Dedução fixa (em €)</i>
<i>1</i>	<i>20</i>
<i>2</i>	<i>40</i>
<i>3 ou mais</i>	<i>70</i>

212 A Câmara Municipal de Bombarral deliberou submeter a aprovação da Assembleia  
213 Municipal, de acordo com o artigo 164.º e seguintes do Código do Procedimento  
214 Administrativo, a reforma do ato administrativo consubstanciado na deliberação  
215 datada de 30 de Setembro de 2016, nos seguintes termos: O número 5 da proposta  
216 aprovada por aquela deliberação deverá ser o seguinte: «5. Uma redução na taxa  
217 de IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e  
218 permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente  
219 afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do  
220 IRS, compõem o respetivo agregado familiar, nos seguintes termos: a) Para os  
221 agregados familiares com 1 dependente: dedução de 20€ na taxa de IMI; b) Para os  
222 agregados familiares com 2 dependentes: dedução de 40€ na taxa de IMI; c) Para  
223 os agregados familiares com 3 ou mais dependentes: dedução de 70€ na taxa de  
224 IMI.» As demais disposições que integram aquela mesma proposta (números 1 a 4),  
225 mantêm-se inalteradas com o texto então aprovado.” -----

226 -----**PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS –**  
227 **NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS:** -----

228 -----O senhor Ricardo Fernandes disse que esta proposta vem dar razão ao  
229 que há muito tempo tinham dito. Se os tivessem ouvido tinha-se poupado muito  
230 tempo e dinheiro. -----

231 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) disse estarem de acordo com o que  
232 possa representar uma melhoria para os serviços, só se colocando a questão do  
233 porquê de ter levado tanto tempo para esta alteração. -----

234 -----O senhor Presidente da Câmara disse que cada um tem as suas razões.  
235 Tinham razão quando se propuseram ensaiar uma concentração de serviços com  
236 uma avaliação constante tendo-se verificado a necessidade de uma chefia para um  
237 sector primordial e que vai sofrer muitas remodelações. -----

238 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta  
239 da Câmara Municipal: “O decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, estabeleceu  
240 um regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais baseado em  
241 critérios de maior racionalidade e operacionalidade e em modelos flexíveis de  
242 gestão e de funcionamento, em função dos objectivos estratégicos e dos recursos  
243 disponíveis. O referido normativo legal veio dotar as autarquias locais de condições  
244 para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes que

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

245 à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que  
246 podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em  
247 virtude da sua relação de proximidade com as populações. Com o objectivo de  
248 garantir uma maior racionalidade e operacionalidade dos serviços, constata-se ser  
249 necessário diferenciar a área dos serviços de água, saneamento e ambiente em  
250 relação à gestão e planeamento urbanístico e obras públicas, no que se reporta à  
251 sua gestão e coordenação orgânica. Assim, a Câmara Municipal, deliberou  
252 submeter à aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 6.º do decreto-  
253 lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a alteração do número máximo de unidades  
254 flexíveis de três para quatro.” -----

### 255 -----**PROPOSTA DE REQUISITOS PARA O PROVIMENTO E** 256 **REMUNERAÇÃO DE CARGO DE DIRECÇÃO INTERMÉDIO DE 3.º GRAU:** -----

257 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) considerou importante o recrutamento  
258 ser feito dentro da autarquia. Muitas vezes vêm técnicos de fora ganhar mais  
259 dinheiro desmotivando quem cá está. Se assim não for continuarão a assistir à  
260 saída de quadros da autarquia.-----

261 -----O senhor Presidente da Câmara disse que normalmente os concursos  
262 são abertos para todos os interessados.-----

263 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta  
264 da Câmara Municipal: “Considerando que: A Lei n.º 49/20012 de 29 de agosto, que  
265 procedeu à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na  
266 actual redacção, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos  
267 da Administração Regional e Local do Estado refere no seu artigo 4.º, que a  
268 estrutura orgânica pode prever a existência de cargos de direcção intermédia de 3.º  
269 grau ou inferior. Relativamente ao provimentos daqueles cargos dirigentes, compete  
270 à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das  
271 competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência  
272 de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da  
273 respectiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e a 6.ª posições  
274 remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior; A proposta de  
275 alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais e respetivo regulamento e  
276 organograma, apresentada para deliberação do Executivo Municipal, contempla a  
277 existência de dois cargos de direcção intermédia de 3.º grau, sendo que o da  
278 Unidade Orgânica de Gestão Financeira está presentemente ocupado; O outro  
279 cargo de direcção intermédia de 3.º grau proposto corresponde à Unidade Orgânica  
280 do Ambiente, Águas e Saneamento. Assim, para os efeitos previstos no citado n.º 3  
281 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, propõe-se que o órgão executivo  
282 delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o seguinte: 1 - Definição  
283 dos requisitos para o provimento do novo cargo de direcção intermédia de 3.º grau: a)  
284 Área de atuação: Exercício de competências no âmbito da unidade orgânica do  
285 ambiente, águas e saneamento, relativas à coordenação e direcção das áreas do  
286 ambiente, águas e saneamento, sem prejuízo de outras competências que lhe  
287 venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços ou

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

288 eventualmente delegadas nos termos da lei, e designadamente: Propor, executar e  
289 avaliar os programas e medidas de política ambiental, de saúde pública e saúde  
290 ambiental referentes aos espaços públicos municipais; Gerir o Cemitério Municipal;  
291 Zelar pelo cumprimento dos Regulamento do Setor, nomeadamente os respeitantes  
292 a Resíduos Sólidos Urbanos, Higiene e Salubridade; Zelar pelo cumprimento do  
293 Regulamento Geral do Ruído; Coordenar a gestão dos serviços urbanos de higiene  
294 e limpeza das áreas do município; Promover a higiene e salubridade pública do  
295 Concelho; Gerir o mercado municipal; Zelar pela conservação e manutenção dos  
296 espaços verdes municipais, incluindo a Mata Municipal; Colaborar na execução das  
297 tarefas de inspeção higieno-sanitária e controlo sanitário das instalações para  
298 alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos  
299 comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem,  
300 fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de  
301 origem animal e seus derivados; Assegurar a gestão, conservação e reparação da  
302 rede de abastecimento público de águas potáveis e de águas residuais, zelando  
303 pelo seu bom funcionamento, nomeadamente no que respeita à deteção e  
304 reparação de roturas e avarias; Assegurar todos os procedimentos técnicos e  
305 administrativos inerentes ao processo de leitura dos consumos de água da rede  
306 pública; Assegurar o fornecimento domiciliário de água; Assegurar o escoamento  
307 domiciliário às redes de esgotos; Garantir o controlo e a qualidade da água de  
308 abastecimento municipal e de efluentes; b) Requisitos do Recrutamento:  
309 Licenciatura em Engenharia; Civil, do Ambiente ou em qualquer outra área  
310 relacionada com as competências atribuídas ao setor funcional em apreço. Possuir  
311 no mínimo, dois anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou  
312 categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;  
313 Capacidade de gestão e motivação de equipas de forma a garantir a prossecução  
314 das atribuições cometidas ao respetivo serviço; Autoconfiança, boa capacidade de  
315 comunicação e de relacionamento interpessoal; Capacidade de decisão, de sentido  
316 crítico, de análise e de resolução de problemas. 2 - Remuneração: A remuneração  
317 base dos titulares de direção intermédia de 3.º grau será de 2.025,35€, que  
318 corresponde à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior e ao  
319 nível 31 da respetiva tabela remuneratória única.” -----

### -----PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GOP E MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BOMBARRAL PARA O ANO DE 2017:-----

322 -----O senhor Presidente da Câmara declarou que: “O Orçamento e as  
323 Grandes Opções do Plano para 2017 foi concebido, tendo em conta que no próximo  
324 ano os investimentos das candidaturas do Portugal 2020, no âmbito dos apoios  
325 comunitários da União Europeia, terão o seu ponto forte. O documento que vos  
326 apresentamos, prevê a preparação das candidaturas e a concretização de vários  
327 projetos, bem como o arranque de iniciativas estruturantes que serão a alavanca do  
328 desenvolvimento sócio-económico que pretendemos para o concelho. No âmbito da  
329 nossa estratégia, pretende-se aproveitar ao máximo todas as oportunidades que vão  
330 de encontro aos objetivos traçados e que resolvam as necessidades do nosso



## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

331 território e da nossa população que são muitas e em áreas diferenciadas.  
332 Entendemos que apesar da recuperação financeira que atingimos com muito  
333 esforço, haverá sempre pela frente, limitações que nos levam cautelosamente a  
334 fasear a nossa intervenção e a definir prioridades. No campo da despesa municipal  
335 para 2017 estão vertidos três objetivos que vão ao encontro do nosso Plano  
336 Estratégico e que vão pautar a atuação do município: Inclusão e Coesão Social,  
337 Regeneração do Ambiente Urbano e Eficiência Energética, Empreendedorismo e  
338 criação de emprego. Conscientes do desafio que temos pela frente, não baixaremos  
339 os braços. Continuaremos a trabalhar para colocar em prática a estratégia definida,  
340 promovendo um desenvolvimento integrado e sustentado do concelho, reduzindo  
341 assimetrias e desigualdades, focados em prestar um serviço público, transparente,  
342 de qualidade e proximidade. Para que tal seja possível, submetem-se à apreciação  
343 e votação da Assembleia Municipal os documentos que compõem o Orçamento  
344 Municipal para o exercício de 2017, bem como o Mapa de Pessoal.” -----

345 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que em relação à receita  
346 continuamos com um executivo sem soluções para a receita de capital, o que é  
347 apanágio dos executivos desta cor política porque não têm ideias. A despesa de  
348 capital aumenta-se vendo-se finalmente obras. A lei obriga a pagar o que gastaram  
349 mal não voltando a enumerar os investimentos errados feitos pelo PSD. Em relação  
350 á administração geral a grande obra é o IVV para o acolhimento empresarial onde  
351 falta definir quase um milhão de euros pelo que se prevê que obra não existirá.  
352 Relativamente à Avenida Daniel Pires sabe que já foi lançado o concurso e  
353 finalmente vai haver obra. Questionou quais as obras de adaptação que vão ser  
354 feitas no centro educativo com € 40.000. Em relação ao ordenamento do território o  
355 senhor Presidente da Câmara tinha dito que em Outubro teria novidades mas não  
356 disse nada. Relativamente ao saneamento têm só projectos para muita obra a  
357 colocar no próximo flyer político, o mesmo se passado com o abastecimento de  
358 água. Em relação ao canil os € 100.000 são para a obra, questionando qual a  
359 localização definitiva e quais as datas de faseamento das obras. Em relação á  
360 cultura há uma verba residual para grandes reparações, solicitando informação  
361 sobre que vai ser feito. Para os transportes rodoviários, após anos e anos sem  
362 haver dinheiro este ano acharam € 800.000 para arranjar estradas. Por acaso é ano  
363 de eleições, por coincidência. Quanto ao IVV há € 300.000 para os estaleiros mas  
364 só estão definidos € 30.500 pelo que resume que não vai haver obra. Para  
365 mercados e feiras só há dinheiro para a 1.ª fase da envolvente do mercado  
366 municipal. Este orçamento parece um rol de boas intenções mas o que vê com  
367 grande impacto é o betuminoso. -----

368 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que: “Estamos perante o último  
369 Orçamento e Plano de Atividades deste mandato. Estamos perante o segundo  
370 orçamento ao abrigo do novo quadro comunitário Portugal 2020 e estamos perante  
371 o primeiro orçamento após a aprovação do Plano Estratégico para o concelho do  
372 Bombarral. Uma vez mais, a Câmara Municipal apresenta-nos um orçamento de  
373 sobrevivência política, visando unicamente interesses pessoais e políticos da

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

374 coligação PSD/CDS que nos dirige, alheando-se por completo dos objetivos de  
375 melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento do nosso concelho. Ao longo  
376 destes últimos sete anos, os executivos limitaram-se a uma gestão corrente da  
377 autarquia e à conclusão de projetos deixados pelos seus antecessores. Por outro  
378 lado, o atual presidente da câmara desbaratou, no início da sua governação, mais  
379 de cinco milhões de euros disponíveis na Oestecim, decorrentes do anterior quadro  
380 comunitário, apresentando o absurdo argumento de que a autarquia não se  
381 encontraria com disponibilidade financeira para poder avançar os projetos. Assim,  
382 ficou, infelizmente, por realizar, entre outros, projetos já elaborados como a  
383 requalificação da entrada norte da vila e a requalificação do museu e da biblioteca  
384 municipais. A narrativa da opção de não investimento, transmitida todos os anos foi  
385 a de autarquia se encontrar num programa de estabilização financeira para,  
386 posteriormente, nas palavras do presidente da câmara, se enveredar por um  
387 conjunto de investimentos públicos autárquicos. Ou seja, a dívida, nas palavras do  
388 senhor presidente, aprisionou, durante todos estes anos, a capacidade de  
389 investimento da autarquia. Este argumento serviu para justificar a negligência e a  
390 inércia deste executivo na captação e desenvolvimento de novos projetos, assim  
391 como para assegurar a sobrevivência dos numerosos cargos políticos da autarquia.  
392 A opção política da não adesão ao PAEL, como o Partido Socialista sempre apontou  
393 como solução financeira, inviabilizou o crescimento do concelho. Todos os  
394 concelhos que optaram pela solução PAEL obtiveram níveis de investimento  
395 bastante superiores, estando hoje com capacidade financeira para autofinanciar os  
396 investimentos comunitários. Contudo, esta gestão autista levou-nos em sentido  
397 contrário, não se apostando no investimento público como alavanca para o  
398 investimento privado, na captação de novos recursos humanos e de capitais. Assim,  
399 se explica que outras autarquias com volumes de dívida muito superiores à do  
400 Bombarral, terem continuado na rota dos investimentos públicos e a preocupação do  
401 bem estar dos munícipes. Vejamos, como exemplo, o caso da autarquia da Nazaré  
402 que herdou uma dívida de cerca de 50 milhões de euros herdada de uma ruinosa  
403 gestão social democrata, 25 vezes maior que a do Bombarral, e teve, nos últimos  
404 anos, um investimento municipal superior a 600 euros por habitante, quando o  
405 investimento per capita da autarquia bombarralense é de apenas 58 euros, o mais  
406 baixo da Região Oeste. Como se vê, senhor Presidente, a dívida, se bem gerida,  
407 não é impeditiva de estratégias de desenvolvimento e crescimento. Necessário é  
408 uma gestão de crescimento e de capacidade de gerar novos investimentos. Mas,  
409 lamentavelmente, a falta de criatividade estratégica levou a que o Bombarral nos  
410 últimos anos tivesse a mais baixa taxa de investimento público da zona Oeste. Se já  
411 éramos pobres do ponto de vista económico-social, mais pobres ficámos,  
412 aumentando-se o fosso que nos separa da média de crescimento do Oeste. Já  
413 basta a história de um pretense caos financeiro para fundamentar a incompetência  
414 na criação estratégia de crescimento do concelho. E finalmente desmistificar o  
415 pretense saneamento financeiro que o senhor presidente tanto apregoa. A autarquia  
416 bombarralense baixou a dívida, mantendo-a, ainda assim e sem qualquer despesas

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

417 de investimento, acima da média da região Oeste, somos o 6º município do país  
418 com pior equilíbrio orçamental e aumentámos o prazo médio de pagamento aos  
419 fornecedores de 72 (em 2006) para os atuais 76 dias. Em suma, temos um concelho  
420 cada vez mais idoso, com menos emprego e com menor qualidade de vida. É este o  
421 legado que nos deixa. Além do quase nulo investimento público, a autarquia  
422 bombarralense foi incapaz, ao longo dos últimos anos, de atrair novas unidades  
423 económicas que promovesse o emprego e consumo local. Já nem vale a pena falar  
424 do Parque de Diversões, porque já nos envergonha a miríade de promessas que o  
425 senhor Presidente nos transmite regularmente (a última foi a não concretizada vinda  
426 dos investidores em outubro passado), mas de novas unidades empresariais que  
427 pudessem promover o emprego e o crescimento. “Apostar na marca Bombarral” é,  
428 seguramente, um bom slogan para as redes sociais, mas uma boa marca só existirá  
429 se conseguirmos criar empatia com os agentes económicos. E esta Câmara nunca  
430 foi capaz de o fazer, não cativando novos investimentos e não apoiando as empresa  
431 que ainda optam em resistir em permanecer no concelho. Assim, se explica que o  
432 nosso concelho em matéria de dinâmica de constituição de novas empresas  
433 continua a ser a mais baixa do oeste: cerca de 0,01, quando a média do Oeste é de  
434 0,22 e, aqui bem perto, o Cadaval é de 0,33. Estes resultados são a imagem de uma  
435 tragédia social e económica que, como amante das redes sociais, sugeríamos que o  
436 senhor presidente a partilhasse, solicitando sugestões que pudessem reverter esta  
437 situação. Mas se, infelizmente, o executivo nem consegue travar uma sangria de  
438 recursos humanos qualificados que, por falta de motivação, abandonam os quadros  
439 da autarquia, como conseguirá cativar novos investidores para o concelho. Também  
440 se previa para 2016 um conjunto de projetos co-financiados pelo Portugal 2020, o  
441 que, lamentavelmente, não veio a acontecer. Não por falta de verbas, mas por  
442 inércia de gestão e falta de projetos. Recordamos que neste ano de 2016, entre  
443 outros, foram aprovados projetos financiados por fundos comunitários para o  
444 Cadaval no valor de cerca de 400 mil euros (Remodelação do parque escolar e  
445 requalificação urbana), um milhão e duzentos mil para as Caldas da Rainha  
446 (Remodelação do parque escolar e requalificação urbana) e mais de 2 milhões de  
447 euros para um centro educativo para Peniche. Mais uma vez, apesar de ano a ano  
448 se dizer “agora é que vai ser”, o Bombarral termina o ano com um investimento  
449 autárquico quase nulo. E não é de estranhar, segundo dados do Anuário Financeiro  
450 das Autarquias publicado esta semana, que o Bombarral seja o concelho do Oeste  
451 que menos investimento efetuou nos últimos anos e seja o 24º pior em 365  
452 concelhos. E mesmo assim, apesar de o Mais Centro disponibilizar mais de um  
453 milhão de euros para o concelho, a autarquia bombarralense só possui, neste  
454 momento, um único projeto elegível para o Portugal 2020. Assim se explica o  
455 elevado montante de verbas em orçamento para 2017 nas rubricas não definido.  
456 Contudo, por outro lado, este executivo nunca abdicou das mordomias dos cargos  
457 políticos. Como é possível numa autarquia em que o investimento público tenha  
458 resultados tão medíocres, se possa dar ao luxo de ter um presidente e três  
459 vereadores remunerados, além de um chefe de gabinete, com um gasto por

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

460 mandato de um milhão e quinhentos mil euros. Recordamos que a mensagem do  
461 presidente de Câmara sempre foi que o gasto de cargos era semelhante ao de  
462 outros municípios. Mas mais uma vez os números o desmente, já que segundo os  
463 dados do portal da transparência municipal o Bombarral é o segundo concelho do  
464 Oeste que mais gasta em cargos políticos por habitante (0,31€), o dobro da média  
465 do Oeste (0,19€). Conclui-se que o Bombarral tem uma “geringonça” muito cara,  
466 possibilitando empregos políticos bem remunerados, mas sem quaisquer  
467 consequências diretas na melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.  
468 Relativamente ao orçamento e plano que nos é apresentado, reitera-se, uma vez  
469 mais, a falta de visão estratégica, atabalhoando um conjunto de atividades  
470 desenquadradas e sem qualquer fio condutor. Continuamos a não vislumbrar em  
471 final de mandato quais as opções estratégicas, qual o enquadramento deste  
472 conjunto de investimentos e qual a prioridade das opções. Depois enuncia-se um  
473 conjunto de ações, umas já em curso e próprias da missão de qualquer autarquia,  
474 tratando-as erroneamente como se de investimentos se tratassem, como é o caso  
475 dos apoios escolares, desportivos e culturais. E para cúmulo, coloca-se  
476 investimentos em objetivos estratégicos indevidos, como a construção da avenida  
477 Daniel Pires, definindo-a na vertente Educação. Numa altura em que existe um  
478 afastamento da cidadania à política, seria um bom momento em questionar os  
479 munícipes sobre que investimentos públicos deveriam ser desenvolvidos no  
480 concelho, abrindo portas a um orçamento participativo, políticas bem conseguidas  
481 em algumas autarquias, e já proposto pelos vereadores do PS, mas também  
482 corroborado pelos jovens políticos da JSD. Por outro lado, a autarquia continua a  
483 não apadrinhar o trabalho das coletividades e associações deste concelho, não  
484 atribuindo qualquer verba neste orçamento, apesar de aprovado recentemente um  
485 regulamento de apoio a essas instituições. As coletividades, nestes últimos sete  
486 anos, foram ostracizadas financeiramente pela câmara, apesar de continuarem a  
487 fazer um trabalho meritório em prol do apoio social, cultural e desportivo. Essa  
488 ostracização chegou ao ponto de recusarem uma alteração ao orçamento proposto  
489 pelo PS para que houvesse um apoio financeiro, como afinal se afirma no  
490 preâmbulo mas que não tem repercussão no orçamento aprovado. E a pouca  
491 vergonha do PSD e o CDS foi mais longe, querendo aprovar esta semana, numa  
492 ação reativa, um apoio financeiro associativo, totalmente fora da lei, e sem qualquer  
493 critério como se a autarquia fosse uma quinta em que o erário público possa ser  
494 gasto de uma forma totalmente leviana. Lendo as Grandes Opções do Plano,  
495 existem vários pontos que não estão esclarecidos: Saber como é que a Câmara  
496 Municipal pensa atingir os objetivos que enumera no texto introdutório, se para os  
497 quais não tem quaisquer verbas cabimentadas objetivamente: Saber como vai  
498 apoiar e fomentar os projetos que contribuam para a empregabilidade e riqueza  
499 económica do concelho, quando nestes últimos anos sempre a Câmara Municipal  
500 colocou este objetivo nos seus Planos e nenhuma nova empresa se instalou no  
501 Parque de Comércio e Serviços, sendo o concelho do Bombarral o único concelho  
502 do Oeste em que existem mais empresas extintas do que aquelas que vão sendo

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

503 constituídas; Saber como irá promover o concelho no exterior e em que áreas  
504 haverá esse apoio; Saber quais alterações que irão existir nos mercados  
505 tradicionais; Saber que medidas irá implementar para melhorar as condições de  
506 atratividade ao empreendedorismo agrícola; Saber que projetos tem em mente que  
507 possam alavancar a marca Bombarral, quando a Câmara ainda não conseguiu  
508 promover a alavanca turística existente atualmente, o Buda Eden, que,  
509 paradoxalmente, nem Bombarral tem no seu nome, intitulando-se Bacalhã Buda  
510 Eden; Saber onde irá criar unidades de acolhimento individual e onde se irá  
511 financiar; Saber como pretende pressionar o Governo para a requalificação da Linha  
512 do Oeste; Saber se a autarquia abandonou a ideia da construção do centro escolar  
513 da Roliça e com que fundamentos irá alargar o Centro Escolar do Bombarral,  
514 quando a carta educativa ainda não foi sequer discutida, apesar de já ter  
515 ultrapassado os prazos legais para a sua revisão. Surpreende-nos que, acreditando  
516 na inteligência e boa consciência de muitos dos nossos colegas de outras bancadas  
517 políticas, se continue a viabilizar uma gestão de mediocridade que, decerto,  
518 sacrificará os nossos filhos em prol da manutenção de políticas pessoais sem  
519 quaisquer contributos diretos para o crescimento económico e social do concelho. A  
520 história, decerto, julgar-nos-á pela decisões que tomarmos nesta sala e, talvez, nos  
521 sentiremos, mais tarde, arrependidos por termos anuído à continuação de políticas  
522 de gestão que tem vindo a arrastar este concelho para os últimos lugares do  
523 crescimento económico nacional. O escritor Mark Twain escreveu uma vez  
524 questionando-se se a política seria governada por pessoas inteligentes que estão a  
525 gozar connosco ou por incompetentes que acreditam realmente no que dizem.” -----  
526 -----O senhor Presidente da Câmara disse que “Há três situações a  
527 considerar: 1. é expetável haver um saldo transitado de gerência que permitirá  
528 reforçar em parte o não definido para definido 2. maioritariamente também existem  
529 valores em situação de não definido quanto ao financiamento, devido à expetativa  
530 de em qualquer momento abrirem algumas candidaturas ou serem formalizadas  
531 outras para as obras em causa . É exemplo disso o que aconteceu já após a  
532 aprovação do orçamento com a formalização da aceitação do PARU, na qual foi  
533 atribuído ao concelho do Bombarral a verba de: 1.142.360,00 3. algumas destas  
534 obras terão de ser objeto de financiamento bancário, como é por exemplo, o caso  
535 das oficinas municipais e ligação das águas residuais domésticas ao emissário em  
536 alta no Vale Covo/Vale Pato obras com as quais vamos avançar porque são  
537 importantes e para as quais não se prevê apoio comunitário. Tudo isto passará a  
538 definido nas devidas alturas . A passagem de valor não definido para definido ocorre  
539 quando aumentamos na receita o valor participado e consequentemente  
540 aumentamos a despesa, ocorrendo um aumento do orçamento (revisão orçamental)  
541 ou passa-se de não definido para definido uma determinada obra em detrimento de  
542 uma outra previamente definida, não aumentando o orçamento mas ajustando  
543 prioridades. Arrancaremos mesmo sem serem conhecidas candidaturas possíveis,  
544 com a implantação do CANIL 1ª FASE. A previsão inicial foi de 340.000,00  
545 (170.000,00 cada município). E embora uma revisão dessas previsões aponte para

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

546 um pouco menos, em termos de obra global, estamos a preparar, para o arranque  
547 que permitirá construir as estruturas de acolhimento dos animais em espaços a  
548 protocolar com as associações privadas - (100.000,00 cada município).  
549 Consideramos incontornável a necessidade de proceder a reparações urgentes nas  
550 vias do concelho, dado que nos últimos anos não tem sido possível acompanhar as  
551 necessidades de investimento nesta área. Infelizmente devido à necessária  
552 recuperação do equilíbrio financeiro já conseguido, só agora é possível resolver  
553 algumas das situações que há muito deviam ter sido regularizadas. Tem estado aqui  
554 em causa questões relacionadas com a segurança de pessoas e bens, além de com  
555 base nessa regularização se torna a circulação no concelho mais aprazível e  
556 cómoda. Sobre os armazéns municipais haverá estipulação de prioridades e esta  
557 será sem dúvida uma delas porque vão ter de ter os estaleiros prontos para receber  
558 homens e máquinas. Já disse e repito que 2017 – vai ser o ano da concretização de  
559 muitos projetos. Aproveitando as oportunidades do PORTUGAL 2020 que estamos  
560 a preparar, vamos dar continuidade às candidaturas que este ano já elencámos  
561 junto da CCDR Centro e no próximo ano concretizaremos algumas obras já  
562 programadas, embora até final deste ano iremos concretizar a obra de  
563 requalificação da área envolvente do Mercado municipal que acionará o chamado  
564 acelerador de candidaturas que nos dará nas seguintes um bónus de 10%. A  
565 Nazaré tem uma dívida grande paga a custa dos municípios incluindo o  
566 nosso e dos municípios que tem os seus impostos no máximo. O sr membro da  
567 assembleia trabalhou muito a procura de pontos fracos do município do bombarral  
568 seria mais bem sucedido se procurasse os pontos fortes. PONTOS FORTES  
569 MUNICIPIO BOMBARRAL - No sistema de fornecimento de águas este município  
570 tem apresentado os melhores índices de qualidade a nível nacional. Do ponto de  
571 vista financeiro (Anuário Financeiro dos Municípios) fomos o 19º Município do país  
572 que mais melhorou em termos de prazo médio de pagamentos. Esta situação ainda  
573 tem vindo a melhorar mais. Somos o município com uma das taxas de desemprego  
574 mais baixas do oeste. (Só Arruda Alenquer Sobral e Cadaval estão melhor  
575 posicionados. Os demais estão abaixo da nossa performance). - (Portal da  
576 Transparência Municipal). Temos vindo a recuperar também na atração de  
577 empresas a instalar no concelho. Na dívida por habitante em 2015 estávamos a  
578 meio da tabela dos municípios do oeste, também com indicação de abaixamento.  
579 Sobre o parque temático não perca a esperança sr deputado talvez ainda este ano  
580 tenha uma surpresa. Oportunamente o projeto da ALE virá a Câmara para análise e  
581 aprovação. Queremos projeto aprovado até final de Dezembro | Lançamento da  
582 obra durante o 1º semestre de 2017. LOJA DO CIDADÃO – o senhor arquitecto Rui  
583 Viola está a elaborar o projeto mas temos de formalizar essa questão. Em  
584 articulação com a AMA estamos a preparar o processo de forma a que esteja pronto  
585 até final de 2016. Multiusos - Temos luz verde relativamente ao PARU para avançar  
586 com a 1ª fase. Precisamos de arranjar quem faça o projeto. Temos garantido mais  
587 de um milhão de euros para a educação : requalificação ou novo centro escolar. -  
588 PARU - Opção nossa face à verba que nos foi destinada: 1.142.360,00 podendo ter

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

589 mais 10% se o acelerador for acionado (mas também a única possível, face às  
590 exigências). Os edifícios públicos para poderem usufruir do PARU têm de obedecer  
591 a determinadas características; têm de ter mais de 20 anos, necessidade de  
592 requalificação e nunca terem sido financiados para esse fim e não podem ser  
593 pequenas obras. Os privados têm que sofrer obras que alterem dois níveis. Cargos  
594 políticos custos - Na realidade, o custo dos cargos políticos são 832.000,00 para o  
595 mandato de 4 anos. Se deste valor retirarmos o valor dos cargos obrigatórios desde  
596 o 25 de Abril, cinge-se em 4 anos ao valor de 440.000,000. Extra o que é obrigatório  
597 a Câmara tem nesta despesa o encargo de 1%. NO PORTAL DA  
598 TRANSPARENCIA MUNICIPAL - Reporta a cargos e mandatos políticos por cada  
599 1.000 habitantes, mas não se refere a valores monetários mas sim a número de  
600 vereadores com pelouros. Nada tem a ver com os custos monetários dos políticos.  
601 O Bombarral tem 4 vereadores com pelouros a dividir por 13 mil habitantes que dá a  
602 pontuação de 0,31. Outros municípios tendo os mesmos 4 vereadores com  
603 pelouros, a dividir por um numero de habitantes superior, terá um resultado  
604 favorável neste indicador tendencioso e que vale o que vale. O Orçamento e as  
605 Grandes Opções do Plano que vos apresentamos para 2017 e anos seguintes,  
606 prevê: a concretização de vários projetos e o arranque de iniciativas estruturantes  
607 com passos importantes no domínio da requalificação urbana, no âmbito das  
608 candidaturas ao Portugal 2020, e dos competentes apoios comunitários da União  
609 Europeia. Esta expectativa é suportada pelos bons resultados e pelos indicadores da  
610 qualidade da nossa gestão: diminuição da dívida e prazos médios de pagamentos,  
611 respeito pelos compromissos assumidos perante a população, postura que vamos  
612 continuar a ter. Pretendemos aproveitar ao máximo todas as oportunidades que vão  
613 de encontro aos objetivos traçados e que possam colmatar as necessidades do  
614 nosso território e da nossa população.” -----

615 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que gostam muito de ouvir o  
616 senhor Presidente da Câmara. Considerou que o senhor José Victor Silva explanou  
617 completamente o que foi feito. Foi arranjar algumas coisas para confirmar que a  
618 linguagem do senhor Presidente da Câmara é virtual. Em 2015 o senhor Presidente  
619 da Câmara concedeu uma entrevista ao Notícias do Bombarral onde a referência a  
620 uma maior proximidade não se compagina com a realidade subsequente. Todos os  
621 itens referidos não tomaram frente com a realidade. O senhor Presidente da Câmara  
622 torna-se enfadonho porque as suas palavras não se compaginam com a realidade.  
623 Para 2017 e seguintes é sempre o arranque de iniciativas para os anos seguintes  
624 porque não possuem verbas ou só têm verbas reduzidas. Excepto para o Bombarral  
625 INOV, não há vontade política. O senhor Presidente da Câmara disse que só podia  
626 deixar uma palavra de esperança mas ele acrescenta coragem. -----

627 -----O senhor Presidente da Câmara disse que as entrevistas espelham  
628 sempre a realidade vivida em determinado momento. Referiu competências directas  
629 e indirectas do Municipio e que estavam a ser executadas. Há algum tempo foi  
630 acusado de não cumprir o programa eleitoral mas vai provar que o mesmo está  
631 cumprido a 80% dependendo do ponto de visto com que se vêem as coisas. -----

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

632 -----O senhor Luis Campos (PSD) considerou que o senhor Presidente da  
633 Câmara podia ter dado uma resposta mais sucinta. Quando o senhor Samuel  
634 carvalho falou sobre as obras no Bombarral sabe que de quatro em quatro anos os  
635 bombarralenses têm renovado a confiança neles, pelo que questiona se a oposição  
636 já fez uma introspecção. Se calhar não ganham pela postura negativista que têm.  
637 Não perceberam que o povo do Bombarral não gosta dessa política, pelo que  
638 provavelmente nas próximas eleições voltarão a ter a confiança do povo.-----

639 -----Foi deliberado por maioria com 15 votos a favor (12 do PSD e 3 do CDS)  
640 e 9 votos contra (6 do PS e 3 da CDU) aprovar a proposta de orçamento, grandes  
641 opções do plano e mapa de pessoal do Município de Bombarral para o ano de 2017.

642 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

643 -----**PROPOSTA DE 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES**  
644 **DO PLANO DE 2016**': -----

645 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) questionou como é que uma dívida  
646 existente não surge como tal no orçamento de 2016. Quanto ao protocolo existente  
647 entendem que o erário público podia ter sido mais bem utilizado.-----

648 -----O senhor Presidente da Câmara disse ter havido sempre um  
649 entendimento, havendo acordos que os levaram paulatinamente a pagar as dívidas  
650 do Município. Cumpriram com as situações todas e esta estava pendente havendo  
651 agora a oportunidade de a liquidar.-----

652 -----O responsável pela unidade orgânica de gestão financeira disse que o  
653 protocolo é de 2009 no valor de € 70.000. Em 2014 foram pagos € 21.000 que era o  
654 único que valor que constava como dívida. Em 2015 e 2016 não tinham  
655 conhecimento da existência desta dívida e só agora, após um ofício do Centro  
656 Social Paroquial é que tiveram conhecimento da mesma.-----

657 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a 3.º revisão ao  
658 orçamento e grandes opções do plano de 2016.-----

659 -----**PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE**  
660 **CONTAS – EXERCÍCIO DE 2016**: -----

661 -----A senhora D. Rute Correia (CDU) disse que concordam com a aquisição  
662 deste serviço por o reconhecerem importante. A única ressalva é que esperam que  
663 não volte a suceder que o parecer do revisor não apareça depois da deliberação.---

664 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a aquisição de  
665 prestação de serviços de revisor oficial de contas – exercício de 2016, à empresa  
666 MRG – Roberto, Graça & Associados, Sociedade de Revisores oficiais de Contas,  
667 pelo valor de € 4.410, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

668 -----**PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE**  
669 **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DO**  
670 **CARVALHAL**: -----

671 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) questionou se os restantes parques  
672 infantis do concelho estão em condições. O parque infantil de São Mamede não está  
673 previsto pelo que perguntou se será a própria Junta de Freguesia a suportar o custo.  
674 Existem parques infantis que desapareceram como o da Mata Municipal, enquanto



## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

675 que o da Praça da República precisa de reajustes, pelo que pergunta qual o critério  
676 para serem estes parques e não todos. Deve-se fazer o levantamento de todos os  
677 parques infantis existentes no concelho para serem todos englobados neste âmbito.  
678 Referiu que enquanto no caso da Roliça aparecem orçamentos, no do Carvalhal  
679 aparecem já facturas / recibo. -----

680 -----O senhor Presidente da Câmara disse que em São Mamede será a Junta  
681 de Freguesia a gerir a situação. A Na Praça da República ainda este ano vão  
682 renovar os equipamentos. Estão a ver o concelho todo resolvendo as situações por  
683 prioridades. -----

684 -----Foi deliberado por maioria com 22 votos a favor (12 do PSD, 7 do PS e 3  
685 do CDS) e 3 votos contra (3 da CDU) aprovar a proposta de contrato  
686 interadministrativo de delegação de competências na Junta de Freguesia do  
687 Carvalhal. -----

688 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

689 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor Samuel Carvalho (CDU) declarou  
690 que a bancada da CDU votou contra não por estar contra a execução destes  
691 trabalhos mas sim por considerar que não estão a ser cumpridos os princípios de  
692 igualdade e não discriminação dos municípios. Faz-se obras em alguns parques  
693 infantis, deixando outros de fora. Deveriam criar um plano de intervenção em todos  
694 os parques.” -----

695 -----**PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE**  
696 **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DA ROLIÇA:** Foi  
697 deliberado por maioria com 22 votos a favor (12 do PSD, 7 do PS e 3 do CDS) e 3  
698 votos contra (3 da CDU) aprovar a proposta de contrato interadministrativo de  
699 delegação de competências na Junta de Freguesia da Roliça. -----

700 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

701 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor Samuel Carvalho (CDU) declarou  
702 que a bancada da CDU votou contra não por estar contra a execução destes  
703 trabalhos mas sim por considerar que não estão a ser cumpridos os princípios de  
704 igualdade e não discriminação dos municípios. Faz-se obras em alguns parques  
705 infantis, deixando outros de fora. Deveriam criar um plano de intervenção em todos  
706 os parques.” -----

707 -----**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE**  
708 **SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS POR CISÃO DO SISTEMA**  
709 **MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE**  
710 **LISBOA E VALE DO TEJO:** -----

711 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que não se opõem à referida  
712 cisão, nos termos em que é proposta, desde que a mesma resulte da vontade  
713 expressa dos municípios em causa quanto ao seu modelo de gestão, estrutura  
714 societária e âmbito geográfico. Recordou que nos opusemos ao processo de fusão  
715 que levou à criação do sistema multimunicipal agora cindido e que foi efetuado sem  
716 ter em conta a opinião dos municípios. Afirmou que estamos empenhados para que  
717 no desenrolar deste processo e no que ao nosso município se refere se encontre

## ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016

718 uma solução que nos devolva competências neste setor. Reiterou que o processo  
719 em curso de reestruturação do sector passa por medidas mais profundas, que  
720 implicam os municípios e a adopção de medidas de política, de organização e de  
721 gestão, que garantam o carácter público dos sistemas de água e façam  
722 corresponder a gestão a princípios que privilegiem a garantia da acessibilidade  
723 económica dos consumidores, pondo fim a práticas iníquas como a da existência de  
724 remuneração garantida do capital social e o exagero da cobrança de gestão.  
725 Reafirmamos a nossa disponibilidade só para uma reestruturação do sector das  
726 águas, que não se restrinja a este processo de cisão e corresponda aos princípios  
727 aqui enunciados. Não aceitam que sejamos nós a deixar de gerir as tarifas de água  
728 e que as mesmas aumentem exponencialmente.-----  
729 -----PROLONGAMENTO: Pelas 00:00 horas foi deliberado por unanimidade  
730 prolongar a reunião por mais uma hora.-----  
731 -----O senhor Presidente da Câmara disse que esta situação não respeitará  
732 muito a vontade dos Municípios sendo uma imposição legal. -----  
733 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o seguinte despacho  
734 do senhor Presidente da Câmara ratificado pela Câmara Municipal em reunião de  
735 23.11.2016: “Considerando que: Por ofício nº 3266, de 31-10-2016, com Reg. Ent.  
736 nº 4995, de 03-11-2016, o membro do Governo responsável pela área do ambiente,  
737 o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Ambiente, solicitou que a Câmara Municipal  
738 emita parecer sobre a criação de um novo sistema multimunicipal por cisão do  
739 sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Lisboa e Vale  
740 do Tejo. É solicitada a emissão do referido parecer no prazo de 10 dias; Se admite  
741 que o solicitado parecer deve ser prévio à emissão de parecer, nos termos e para os  
742 efeitos do art. 4.º do DL nº 92/2013, de 11/07, na redação atual, sobre a criação do  
743 sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e  
744 Oeste e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo; A próxima  
745 sessão da Assembleia Municipal terá lugar no dia 24 de Novembro corrente. A)  
746 Assim, face à urgência da decisão e não sendo possível reunir extraordinariamente  
747 o executivo municipal, ao abrigo do nº 3 do art. 35.º do RJAL, aprovado em anexo à  
748 Lei nº 75/2013, de 12/09, decido aprovar, para submissão à Assembleia Municipal, a  
749 emissão de parecer favorável sobre: 1. A cisão do sistema multimunicipal de  
750 abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, resultante da  
751 agregação de sistemas que foi criado pelo decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de Maio,  
752 (sistema este que, após a cisão, passa a adoptar a denominação de sistema  
753 multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo),  
754 mediante criação de um novo sistema multimunicipal: o sistema multimunicipal de  
755 saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste; 2. A cisão da Águas de  
756 Lisboa e Vale do Tejo, S.A., com a constituição através do mesmo decreto-lei da  
757 Águas do Tejo Atlântico S.A.; 3. As consequentes alterações quer ao sistema  
758 multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do  
759 Tejo, quer à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constantes do projeto de

**ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016**

760 decreto-lei em anexo. B) O presente despacho fica sujeito a ratificação pela Câmara  
761 Municipal na sua próxima reunião.”-----

762 -----**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE**  
763 **SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE E**  
764 **CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA CONCESSIONÁRIA DO MESMO:**

765 Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o seguinte despacho do  
766 senhor Presidente da Câmara ratificado pela Câmara Municipal em reunião de  
767 23.11.2016: “Considerando que: Por ofício nº 3215, de 31-10-2016, com Reg. Ent.  
768 nº 4996, de 03-11-2016, o membro do Governo responsável pela área do ambiente,  
769 o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Ambiente, remeteu a este Município o projeto  
770 de criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande  
771 Lisboa e Oeste e a constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo,  
772 para emissão de parecer nos termos e para os efeitos do art. 4.º do DL nº 92/2013,  
773 de 11/07, na redação atual; É solicitada a emissão do referido parecer no prazo de  
774 10 dias; A competência para a emissão do mesmo parecer é da Assembleia  
775 Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; A próxima sessão da Assembleia  
776 Municipal terá lugar no dia 24 de Novembro corrente; A) Assim, face à urgência da  
777 decisão e não sendo possível reunir extraordinariamente o executivo municipal, ao  
778 abrigo do nº 3 do art. 35.º do RJAL, aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12/09,  
779 decido aprovar, para submissão à Assembleia Municipal, o seguinte: 1. A emissão  
780 de parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de  
781 saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, abreviadamente  
782 designado por “sistema”, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de  
783 água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de  
784 sistemas que foi criado pelo decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de Maio, (sistema este  
785 que, após a cisão, passa a adoptar a denominação de “sistema multimunicipal de  
786 abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo”), tendo o novo sistema o  
787 mesmo âmbito do sistema multimunicipal e de saneamento da Costa do Estoril,  
788 criado pelo decreto-lei n.º 142/95, de 14 de Junho, alterado pela Lei n.º 92-A/95, de  
789 28 de Dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão,  
790 criado pelo decreto-lei n.º 288-A/2001, de 10 de Novembro, e, apenas na vertente  
791 de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de  
792 água e de saneamento do Oeste, criado pelo decreto-lei n.º 305-A/2000, de 24 de  
793 Novembro, que foram extintos pelo decreto-lei 94/2015, de 29 de Maio, e integra os  
794 mesmos e seguintes utilizadores daqueles sistemas: municípios de Alcobaça,  
795 Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da  
796 Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas,  
797 Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila  
798 Franca de Xira. 2. A emissão de parecer favorável à constituição, pelo mesmo  
799 decreto-lei, da sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema, e à  
800 celebração com esta de um contrato de recolha. 3. A aprovação do acordo  
801 Parassocial a celebrar entre todos os accionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., e  
802 que visa regular algumas matérias relativas à sociedade. 4. O pedido à Assembleia

**ATA N.º 05/2016 – Reunião de 24 de Novembro de 2016**

803 Municipal que delibere confirmar a manutenção da integração do Município na  
804 sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de  
805 saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo  
806 Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão  
807 da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo decreto-lei n.º  
808 94/2015, de 29 de Maio, com dispensa de elaboração e registo do projecto de cisão  
809 (sociedade esta que, após a cisão, passa a adoptar a denominação de “Águas do  
810 Vale do Tejo S.A.”), detendo nela o Município a participação accionista que figura no  
811 anexo I ao projecto de decreto-lei. B) O presente despacho fica sujeito a ratificação  
812 pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.”-----

813 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E**  
814 **SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** Não houve intervenções neste  
815 ponto.-----

816 -----  
817 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:10 horas foi a sessão encerrada e  
818 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela  
819 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

820  
821 O Presidente:

822  
823 O 1.º Secretário:

824  
825 O 2.º Secretário:

826